

CABO DELGADO: UMA PERIFERIA CRÓNICA DE MOÇAMBIQUE

Sofala, Moçambique, Quiloa, Zanzibar: topónimos que evocam o comércio e o cosmopolitismo da “costa suaili”, intermediária entre os planaltos da África austral e os mundos árabe e índico antes da chegada dos europeus. A intervenção portuguesa destruiu essas redes políticas e, por algum tempo as comerciais, mas não as culturais. A partir de 1650, a expansão omani acantonou a presença portuguesa a sul do Rovuma e mesmo assim com uma fronteira litigiosa (só fixada definitivamente depois da I Guerra: o triângulo de Quionga). Entretanto, em 1891, o governo português tinha concessionado a uma companhia privada, a C^a do Niassa, os territórios entre o Rovuma e o Lúrio, com limite oeste no lago Niassa. Em 1907, um anúncio publicitário da C^a, na altura um consórcio de capital britânico, continha a seguinte descrição do seu potencial:

Alem das numerosas ilhas junto á costa, os Territorios da concessão abrangem uma extensão de cerca de 26 milhões de hectares, onde se encontram terrenos de primeira ordem para o desenvolvimento da agricultura de todos os productos tropicaes e de muitos dos climas temperados, bem como para a silvicultura e para a criação de gados. (...) A população indigena é em geral pacífica, sendo facil a obtenção de braços para os trabalhos agricolas. As riquezas mineiras em diversos pontos dos Territorios da concessão entre os quaes se devem especialisar os depositos carboníferos, constituem outro motivo para a colonisação europea.¹

Na falta do aproveitamento dos “braços” nos trabalhos agrícolas ou nas “riquezas mineiras” (isto é, não tendo aparecido capitais europeus para os explorar), a C^a já tinha nos dez anos anteriores aumentado 2,5 vezes os impostos cobrados aos camponeses². Em 1929, na sequência do incumprimento do contrato (sem nenhuma infraestrutura instalada, os rendimentos da C^a continuavam a vir desses impostos e pior ainda, da exportação de trabalhadores forçados) o governo português não o renovou. Nos anos imediatos, a administração colonial reorganizou erraticamente a região (em 1930 o distrito de Porto Amélia foi separado do Niassa, reunido de novo em 1934, por “economias”, juntando-se-lhe também de Moçambique, para voltar a separá-los todos). Compreende-se assim que nos primeiros anos, o Estado retomasse apenas a herança fiscal da Companhia, continuando tudo mais em branco³. Só com a agricultura do algodão, experimentada na circunscrição de Montepuez e generalizada através do cultivo obrigatório ao resto do território, foi possível inverter a ruptura social em curso desde a ocupação colonial – violência fiscal, fuga de populações (para o Tanganica), subalimentação crónica, duplas chefaturas, etc.

1 Revista Portuguesa Colonial e Marítima, 19.º volume, n.º 114 - 10.º ano.

2 Entre 1897 e 1907, o imposto indígena passou de \$900 a 2\$250. Gonçalves, Luís da Cunha, *O imposto colonial*, Revista Portuguesa Colonial e Marítima, 21.º volume, n.º 122 - 11.º ano. Quanto ao resto, “não tem feito absolutamente nada em África”. Albuquerque, M. de (1934). *Moçambique 1896-1898*. Vol. II. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias: 220.

3 *É preciso notar-se que (...) nestes territórios, fora da zona do litoral não havia edfícios de alvenaria, nem estradas (...) Como se sabe, os territórios da Companhia do Niassa são os mais atrasados de toda a Colónia e portanto a ajuda de que esta Província precisa não pode ser olhada no mesmo paralelo que as outras*. Casqueiro, João Barbosa da Silva, *Relatório anual do Governo da Província do Niassa. Ano de 1935-36*.

Graças ao algodão, entre 1939 e 1961 o rendimento camponês, a preços correntes, aumentou várias vezes (mas o ponto de partida era mínimo!), tal como a produtividade (2,4 vezes). Os impostos estavam finalmente garantidos: o “norte de Moçambique continuaria a ser mato por desbravar se o algodoeiro não tivesse sido lançado na região”⁴. Mas embora Cabo Delgado fosse o ponto de partida do algodão “fiscal” de Moçambique, as suas condições estavam longe de ser favoráveis para o cultivo, mesmo se comparadas com a dos restantes distritos do Norte⁵. Não foi accidental que em Cabo Delgado a resistência tivesse dado lugar à repressão desproporcionada (Mueda, 1960) e ao início da luta armada (1964). *Caeteris paribus*, um crescimento baseado apenas em cultivos forçados não estava em condições de se consolidar depois da independência. Com um estado frágil no qual as sociedades camponesas continuaram subordinadas, as grandes transformações só viriam depois de 2010, depois da instalação das multinacionais: em 2021, o distrito contava com nada menos de 21 na exploração do gás e 3 nos minérios, sem contar as de serviços. As transformações vieram no pior sentido e quase todos os indicadores sociais se apresentam hoje, mais uma vez, em regressão acelerada: da produção agrícola de base (milho, mapira, mandioca) à saúde e educação, a ruptura social está de volta. Com a exceção das catástrofes naturais, é apenas pela amplitude dos conflitos e pelo impacto destes na interrupção do fluxo internacional dos lucros (2008, processo judicial em Londres contra a Montepuez Ruby Mining; 2017, insurgência jihadista) que o distrito entra nos *media* internacionais.

É, portanto, de uma periferia crónica de um país periférico que trata o presente dossier. Ao contrário dos ciclones que a assolam, a exclusão social descontrolada desde 2010 é impossível de compreender sem a dimensão histórica. Tentou-se assim desagregar as variáveis temporais em quatro secções. Na primeira, consideram-se dois fenómenos com efeitos de longa duração: a expansão das confrarias islâmicas (Eduardo Medeiros) e, depois de 1975, as tentativas estatais para reorganizar o campesinato (Armando Cardoso). A segunda foca-se num dos principais aceleradores da actual ruptura social: a ação das multinacionais, tanto as que exploram o gás natural (J. Silvestre Jafar e Pedro S. Joaquim) como as da mineração de rubis (Maciel Santos). A terceira tenta contextualizar o fenómeno mais mediático do distrito – a conflitualidade armada. A insurgência jihadista é analisada enquanto parte de redes internacionais (Alexander Zuhov), na sua retórica política (Emilio Zeca) e na evolução do seu recrutamento (Rufino Siteo). As consequências desta guerra civil não assumida são descritas na quarta secção, que se centra na população deslocada: metodologias de intervenção nos campos (Armando Armando), sobre o seu nível de vida (Elídio Muamine, Hamida Mulungo e Naisa Manafe) e sobre uma conflitualidade derivada, a do acesso à terra (*Éva Sebestyén*). Como é habitual na *Africana Studia*, a entrevista constitui um complemento documental ao dossier. Aqui, registamos um testemunho em primeira mão sobre a década crítica da explosão social: o do então bispo de Pemba, D. Luiz F. Lisboa. Concluímos ligando também a habitual secção de divulgação “África em Debate” ao dossier, isto é, com um estudo comparativo sobre o potencial apícola de África e a sua possível aplicação ao desenvolvimento de Cabo Delgado.

Esperamos que esta publicação ajude a lançar novas pesquisas sobre uma parte do mundo, agora periferizada pela “modernidade” para que tanto contribuiu. Mas para as comunidades do distrito, compreender as mudanças em curso não chega. Como um dos nossos informadores sintetizou: “A população esperava mais”.

Éva Sebestyén (CEAUP), Jafar Silvestre Jafar (U. Rovuma/CEAUP),
Maciel Santos (CEAUP)

4 Baptista, J. do Amparo (1962), *Moçambique*: 407.

5 Comparando com o agregado dos distritos do norte da colónia (Moçambique, Niassa e Cabo Delgado), já menos favorecidos que os do sul para este cultivo, a produtividade média do algodão (kgs/hectares) de Cabo Delgado baixou de 1,5 em 1939 a 0,88 em 1961. A partir de Bravo, Nelson Saraiva (1963), *A cultura algodoeira no Norte de Moçambique*, JIU, n.º 66, pp. 135-138.